



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006697-78.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **João Luis Cardinali**
 Requerido: **João Ernesto Marins**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou que é co-proprietário e responsável por cuidar de imóvel que especificou, o qual faz divisa com imóvel do réu.

Alegou ainda que, conquanto reconhecesse a existência de alguns galhos das árvores plantadas em seu imóvel que ultrapassaram o limite divisório com o do réu, invadindo-o, nunca recebeu qualquer reclamação do mesmo ou pedido para que efetivasse a correspondente poda.

Salientou que foi assim surpreendido em abril p.p. quando ao chegar ao local constatou que o réu sem qualquer autorização realizou a poda irregular das aludidas árvores.

Almeja ao ressarcimento dos danos materiais e morais que experimentou.

Alguns aspectos fáticos do episódio trazido à colação são incontroversos.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Nesse sentido, não se discute que os imóveis das partes são vizinhos e que há árvores plantadas no imóvel do autor cujos galhos invadiram o do réu.

Esses aspectos foram reconhecidos pelo autor na própria petição inicial.

Assim posta a questão debatida, reputo que a pretensão deduzida não merece acolhimento.

Com efeito, o art. 1.283 do Código Civil, reproduzido pelo autor a fl. 02, deixa claro que era sua a obrigação de manter a poda regular das árvores existentes em seu imóvel, de sorte que não invadissem o imóvel do réu.

Não precisaria bem por isso o réu apresentar reclamação ou formular pedido sobre o tema, tocando ao autor as providências necessárias para que a situação não chegasse ao ponto que aqui se viu.

Ora, se o autor permaneceu inerte ao longo do tempo, descabe cogitar de irregularidade implementada pelo réu quando suprimindo esse estado de coisas realizou a poda das árvores.

Nem se diga que isso teria sido concretizado de maneira irregular.

De início, inexistiu sequer um indício de que o réu tivesse adentrado no imóvel do autor para a consecução dos serviços, mas, ao contrário, as fotografias de fls. 36/38 atestam que tudo transcorreu normalmente, inclusive com emprego de instrumento adequado (fotografia 07 – fl. 37).

Se porventura a poda se deu além de pequeno espaço no imóvel do autor (a réplica dá conta de que ele foi de 1,50m – fl. 48, segundo parágrafo), isso não modifica o quadro delineado, especialmente pelo volume e pela quantidade das árvores.

Outrossim, se galhos ficaram no imóvel do autor, cabia-lhe retirá-los às suas expensas porque, repita-se, ele é quem deveria ter feito o corte promovido pelo réu.

O aprofundamento da dilação probatória, ademais, é despiciendo, não assumindo relevância que testemunhas assentassem que o réu sempre cuidou da poda das árvores (se assim fosse à evidência elas não teriam adentrado o imóvel do réu) ou que nunca houve reclamações de vizinhos (desnecessárias, como já apontado).

A conjugação desses elementos basta à certeza de que o autor não sofreu danos materiais quando arcou com os gastos necessários à remoção dos galhos que ele deveria ter podado e tampouco danos morais, não delineados, aliás, com a indispensável clareza na petição inicial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Significa dizer, quanto ao último aspecto, que o autor não detalhou em que medida teria sofrido abalo de vulto pelos fatos noticiados.

Por tudo isso, a ação improcede.

Solução diversa aplica-se ao pedido contraposto formulado pelo réu.

A condenação à obrigação de levar a cabo a poda regular das árvores impõe-se, seja como forma de cumprimento do dever de impedir que invadam o imóvel do réu, seja para evitar que problemas como o que deram causa ao processo voltem a suceder.

Já os gastos suportados pelo réu para a poda das árvores e retirada dos galhos estão cristalizados no documento de fl. 45, não impugnado precisa e especificamente, como seria imprescindível.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE a ação e PROCEDENTE o pedido contraposto** para condenar o autor (1) ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em realizar a poda regular (semestral ou anual) das árvores e arbustos (trepadeiras) existentes em seu imóvel, de modo que não avancem sobre o imóvel do réu, invadindo-o, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), até o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), bem como (2) a pagar ao réu a quantia de R\$ 1.100,00, acrescida de correção monetária, a partir de maio de 2017 (época do desembolso de fl. 45), e juros de mora, contados da citação.

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação de fazer imposta no item 1 supra, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pelo réu, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se o autor pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 25 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**